UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
CURSO LICENCIATURA DE PEDAGOGIA

ARLENE FERREIRA DA SILVA

O PAPEL DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Amarante do Maranhão
2026

ARLENE FERREIRA DA SILVA

O PAPEL DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia

Orientador(a): Prof. Mestre Rafael Aranha de Sousa.

Amarante do Maranhão
2026

S586p

Silva, Arlene Ferreira da

O papel do professor na construção de práticas inclusivas no ambiente escolar. / Arlene Ferreira da Silva. – Amarante do Maranhão, MA, 2026.

29 f. ; il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2026.

1. Educação inclusiva. 2. Prática docente. 3. Inclusão escolar. I. Título.

CDU 37

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Mateus de Araújo Souza CRB – 13/955**

ARLENE FERREIRA DA SILVA

O PAPEL DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia

Orientador(a): Prof. Mestre Rafael Aranha de Sousa.

APROVADO/A EM: 12/06/2026

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
RAFAEL ARANHA DE SOUSA
Data: 19/06/2026 21:58:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RAFAEL ARANHA DE SOUSA (ORIENTADOR)

gov.br Documento assinado digitalmente
GABRIEL ALVES DA SILVA
Data: 19/06/2026 21:51:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

GABRIEL ALVES DA SILVA

gov.br Documento assinado digitalmente
SUMAYA FREITAS DE QUEIROZ
Data: 19/06/2026 18:28:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SUMAYA FREITAS DE QUEIROZ

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que foi meu sustento em todos os momentos desta caminhada, fortalecendo-me diante das dificuldades e concedendo-me sabedoria, fé e perseverança para chegar até aqui.

Expresso minha profunda gratidão ao meu esposo, Raimundo Oliveira da Silva, pelo apoio constante, pela paciência e por estar ao meu lado em cada etapa desta jornada, sendo meu porto seguro nos momentos mais desafiadores.

Aos meus filhos Misael, Isabel e Samuel, que são minha maior motivação, agradeço o amor, compreensão e por serem a razão de eu nunca desistir, mesmo diante das dificuldades.

À minha querida mãe Maria do Amparo Ferreira da Silva, deixo um agradecimento especial por todo o apoio, cuidado e incentivo, principalmente nos momentos mais difíceis, sendo fundamental para que eu pudesse continuar firme nessa caminhada.

Ao meu pai Francisco Justino da Silva, que não está mais entre nós, mas que se fez presente em minha vida e em minha trajetória, dedico este trabalho com todo amor e saudade. Sua partida, em meio à minha jornada acadêmica, foi uma das maiores dores, mas também uma fonte de força para continuar.

Deixo também um agradecimento ao professor Rafael Machado, professor do meu filho, pois foi por meio de sua atuação a inspiração que surgiu a escolha do tema deste trabalho.

Agradeço com carinho ás minha colegas do curso de pedagogia pelo companheirismo apoio e pelas trocas de conhecimento ao longo do curso.

Agradeço, com carinho, a todos os professores que contribuíram para a minha formação, compartilhando seus conhecimentos e experiências, e ajudando a construir o caminho que percorri até aqui.

De modo especial, expresso minha gratidão ao meu orientador, Rafael Aranha de Sousa, pelo acompanhamento atento, pelas contribuições valiosas, pela dedicação, orientação, incentivo constante e pela confiança depositada que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço à coordenação do curso, pelo apoio, compromisso e contribuição para a qualidade da minha formação acadêmica.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender o papel do professor na construção de práticas inclusivas no ambiente escolar, destacando sua importância como mediador do processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais que abordam a educação inclusiva. A investigação buscou identificar as estratégias pedagógicas utilizadas pelos docentes, bem como os desafios enfrentados no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Os resultados evidenciam que o professor exerce papel central na promoção da inclusão, sendo responsável por adaptar metodologias, utilizar recursos diversificados e favorecer a participação de todos os estudantes. Também foram identificadas dificuldades, como a falta de formação continuada, escassez de recursos pedagógicos e limitações estruturais das escolas. Contudo, observou-se que práticas baseadas na empatia, no planejamento e na flexibilidade contribuem significativamente para a construção de um ambiente escolar mais justo e inclusivo. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende do compromisso docente, aliado ao apoio institucional e à valorização da diversidade no contexto educacional.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Prática docente: inclusão escolar.

ABSTRACT

This study aims to understand the role of the teacher in the construction of inclusive practices in the school environment, highlighting their importance as a mediator in the teaching and learning process. The research is characterized as qualitative, with a bibliographic nature, based on the analysis of books, scientific articles, and official documents addressing inclusive education. The investigation sought to identify the pedagogical strategies used by teachers, as well as the challenges faced in the process of including students with special educational needs. The results show that the teacher plays a central role in promoting inclusion, being responsible for adapting methodologies, using diverse resources, and encouraging the participation of all students. Difficulties were also identified, such as the lack of continuing education, scarcity of pedagogical resources, and structural limitations in schools. However, it was observed that practices based on empathy, planning, and flexibility significantly contribute to the construction of a more just and inclusive school environment. It is concluded that the effectiveness of inclusive education depends on the teacher's commitment, combined with institutional support and the appreciation of diversity in the educational context.

Keywords: Inclusive education; Teaching practice; School inclusion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **8**

1.1 A educação inclusiva no Brasil: marcos legais e implicações para a prática docente 10

1.2 O processo histórico da educação inclusiva 12

1.3 O professor como mediador na construção de práticas inclusivas 13

1.4 A prática docente inclusiva nas disciplinas de língua portuguesa, matemática e educação física. 18

2 METODOLOGIA **22**

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO **24**

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS **26**

REFERÊNCIAS **28**

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata do papel do professor na construção de práticas inclusivas no ambiente escolar, considerando a relevância desse profissional como mediador do conhecimento e responsável por criar condições pedagógicas que possibilitem a participação de todos os estudantes.

A presente análise busca compreender como o docente pode atuar para promover a inclusão, rompendo com práticas excludentes e favorecendo a valorização da diversidade, em um contexto em que o direito à educação de qualidade deve ser garantido a todos.

Para os professores, essa análise contribui na elaboração de práticas que promovam a participação de todos os alunos; para os estudantes, significa vivenciar um ambiente mais justo e igualitário. Diante desse contexto, a presente pesquisa é orientada pela seguinte questão: de que maneira o professor vem desenvolvendo práticas de educação inclusivas no ambiente escolar? A partir dessa problemática, o estudo tem como objetivo geral analisar de que maneira o professor vem desenvolvendo práticas de educação inclusivas no ambiente escolar, buscando compreender as dificuldades enfrentadas pelos docentes, os conhecimentos que fundamentam o planejamento dessas práticas e os apoios aos quais recorrem quando surgem dúvidas no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares.

Partimos do pressuposto de que a aprendizagem não é simples e acontece de forma singular para cada indivíduo. Para Vygotsky (2010), a apropriação do conhecimento decorre de um conjunto de processos psicológicos internos, envolvendo a abstração, a generalização e a formação de conceitos; assim sua construção acontece por meio de significados e símbolos. Por esta razão, a prática educativa é vista de forma complexa, pois justamente neste período de escolarização as dificuldades de aprendizagem se tornam mais perceptíveis e podem ser definidas como a não correspondência do esperado para a faixa etária.

A diversidade está presente em toda sociedade. Dito de outra maneira, não existe sociedade sem diversidade. Ela contempla uma gama muito grande de características pessoais que, por sua vez, originam as dificuldades de aprendizagem derivadas das formas de aprender e das diferentes formas de ensinar (Gonçalves, 2021).

Nesse contexto de diversidade presente na escola, Mantoan (2004) compreende o aluno da escola inclusiva como um sujeito em constante construção, que não pode ser definido por modelos fixos ou padrões únicos. Cada estudante apresenta formas próprias de aprender, construídas a partir de suas experiências e interações. Assim, a educação inclusiva exige

práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diferenças no processo de ensino e aprendizagem.

Considerando a diversidade de contextos e práticas pedagógicas presentes na escola, esta pesquisa delimita sua análise às práticas inclusivas desenvolvidas no âmbito das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Educação Física, por compreender que esses componentes curriculares apresentam desafios e possibilidades específicas no processo de inclusão escolar. Tal recorte permite analisar, à luz da literatura, como o professor adapta estratégias, conteúdos e metodologias para atender às diferentes necessidades educacionais dos alunos, respeitando suas singularidades e promovendo a participação de todos no processo de ensino e aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem estão relacionadas a diversas causas e podem afetar qualquer área do desempenho escolar. De uma forma ou de outra elas atingem a todos em algum momento da trajetória de vida. Mas aparece com maior evidência durante o período de escolarização. “Nesse sentido, é a escola que deve ter como objetivo garantir condições para que todos os estudantes aprendam e obtenham êxito na escolarização e, por extensão, minimizar as suas dificuldades na aprendizagem” (Gonçalves, 2021, p. 18).

O tema da inclusão escolar tem atraído atenção de inúmeros pesquisadores nas últimas décadas, especialmente em função do avanço das legislações e políticas públicas que garantem os direitos das pessoas com deficiência. Diversos trabalhos discutem a importância da construção de práticas inclusivas no contexto educacional, evidenciando os desafios e avanços nesse processo. Entretanto, ao realizar consulta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram identificados poucos estudos que tratem de maneira específica e aprofundada do papel do professor na construção de práticas inclusivas, o que reforça a relevância e a originalidade da presente proposta.

Minha motivação para a escolha do tema está diretamente relacionada à minha experiência pessoal e de estudo. Desde o início do Curso Pedagogia manifestei interesse em pesquisar sobre a inclusão de alunos com Síndrome do QT Longo Congênito Tipo 1 nas aulas de Educação Física, uma vez que tenho um filho com essa condição. Essa vivência me aproximou das dificuldades que envolvem a inclusão escolar e me despertou para a necessidade de compreender melhor esse processo.

Contudo, ao longo dos estudos, percebi que esse tema específico ainda não possui produções científicas, o que me levou a ampliar o olhar para a questão mais abrangente do papel do professor na construção de práticas inclusivas no ambiente escolar. A decisão também foi

influenciada pela observação da prática do professor do meu filho, que, mesmo enfrentando dificuldades, buscava estratégias para inseri-lo nas atividades escolares, evidenciando a importância e os desafios do trabalho docente.

O tema se torna relevante por impactar diretamente a qualidade da educação e a efetivação do direito à aprendizagem para todos. Estudar o papel do professor na construção de práticas inclusivas contribui para oferecer subsídios que possibilitem reflexões críticas sobre a prática pedagógica, valorizando a formação continuada e fortalecendo políticas educacionais voltadas à inclusão.

Trata-se de uma abordagem importante porque evidencia a responsabilidade docente em garantir que todos os alunos tenham acesso ao aprendizado em condições de equidade, respeitando suas diferenças e necessidades. Para os professores, essa análise contribui na elaboração de práticas que promovam a participação de todos os alunos; para os estudantes, significa vivenciar um ambiente mais justo e igualitário.

1.1 A educação inclusiva no Brasil: marcos legais e implicações para a prática docente

A inclusão educacional configura-se como um importante avanço nas políticas e práticas pedagógicas voltadas à garantia do direito à educação para todos. Esse movimento, consolidado ao longo das últimas décadas, busca promover uma escola que valorize a diversidade, respeite as diferenças e assegure oportunidades equitativas de aprendizagem. No cenário internacional e nacional, diversos marcos legais e declarações contribuíram para a consolidação dessa perspectiva inclusiva.

Conforme destaca Mittler (2003), um dos momentos mais importantes para a consolidação da inclusão educacional ocorreu em junho de 1994, durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, promovida pela UNESCO em Salamanca, na Espanha. Esse documento evidencia que:

> Os programas de estudos devem ser adotados às necessidades das crianças e não ao contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. Os interesses diferentes (Declaração de Salamanca, 1994, p. 33).

A Declaração de Salamanca, publicada em 1994, consolidou a perspectiva inclusiva na educação ao defender que estudantes com necessidades educacionais especiais devem frequentar a escola regular. O documento destaca a importância de garantir não apenas o acesso,

mas também a permanência desses alunos em todos os níveis de ensino, respeitando suas particularidades e identidades sociais.

A Declaração de Salamanca defende o direito de todas as crianças aprenderem juntas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. Além disso, enfatiza que as diferenças fazem parte da realidade escolar e que as instituições devem promover as adaptações necessárias para assegurar que cada educando tenha suas necessidades de aprendizagem atendidas ao longo do processo educativo.

Apesar dos avanços, e importante refletir que a inclusão escolar ainda não ocorre de forma plena em muitas realidades educacionais, mesmo com garantia legais, ainda existem dificuldades relacionadas a estrutura das escolas, a formação dos professores e a adaptação das práticas pedagógicas. Dessa forma, percebe-se que há uma distância entre o que é previsto nos documentos oficiais e o que acontece no cotidiano escolar, exigindo um olhar mais consistente e atento sobre a efetivação da inclusão.

No contexto brasileiro, a consolidação da educação inclusiva foi fortalecida por importantes marcos legais. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 205, estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, assegurando igualdade de condições para acesso e permanência na escola. O artigo 208, inciso III, garante o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, em seus artigos 58 a 60, define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis de ensino e reforça a necessidade de serviços de apoio especializado. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consolida a matrícula dos estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino regular e orienta a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015 reafirma o direito à educação inclusiva em todos os níveis e determina que as instituições de ensino promovam adaptações razoáveis, formação de professores e práticas pedagógicas que garantam a participação e aprendizagem de todos os estudantes.

Esses marcos históricos e legais não apenas definem o direito à educação inclusiva, mas também orientam o papel do professor, que precisa planejar e desenvolver práticas pedagógicas adaptadas, garantindo participação, aprendizado e equidade para todos os alunos. Assim,

compreender esse contexto histórico é fundamental para que o docente atue de forma consciente, ética e responsável na construção de uma escola realmente inclusiva.

1.2 O processo histórico da educação inclusiva

A compreensão da educação inclusiva exige a análise de seu percurso histórico, marcado por diferentes fases que revelam transformações na maneira como a sociedade passou a enxergar as pessoas com deficiência. Esse processo não ocorreu de forma linear, mas foi construído gradativamente, a partir de mudanças sociais, políticas e educacionais.

A primeira fase é caracterizada pela exclusão, período em que pessoas com deficiência eram afastadas do convívio social e, consequentemente, do acesso à escolarização. Durante muito tempo, prevaleceu a ideia de incapacidade, baseada em concepções médicas e sociais que limitavam a visão das potencialidades desses indivíduos. Nesse contexto, a educação formal era praticamente inacessível, e a participação social das pessoas com deficiência era extremamente restrita, reforçando a invisibilidade e a marginalização.

Posteriormente, surge a fase da segregação, marcada pela criação de instituições e escolas especiais destinadas exclusivamente a alunos com deficiência. Embora tenha representado um avanço em relação à exclusão total, essa etapa ainda mantinha a separação entre estudantes considerados “normais” e aqueles que apresentavam alguma deficiência, reforçando barreiras sociais e educacionais. O ensino segregado limitava o convívio social e cultural, dificultando o desenvolvimento de habilidades de interação e cooperação entre todos os estudantes.

A terceira fase corresponde à integração, modelo em que o estudante com deficiência passa a frequentar a escola regular, desde que conseguisse adaptar-se às normas e exigências do ensino tradicional. Nesse contexto, a responsabilidade pela adaptação recaía sobre o aluno, não havendo, necessariamente, mudanças estruturais na organização da escola.

O aluno que precisava adequar-se aos métodos, conteúdos e expectativas da escola, muitas vezes sem receber apoio ou recursos adequados. Apesar de permitir maior contato com colegas, a integração ainda não promovia mudanças significativas na estrutura escolar ou nas práticas pedagógicas, mantendo limitações para uma participação realmente plena.

Por fim, consolida-se a fase da inclusão, que rompe com a lógica anterior ao defender que é a escola que deve se reorganizar para atender à diversidade. A inclusão pressupõe transformações no currículo, nas metodologias, nas práticas avaliativas e na postura docente,

reconhecendo que todos os estudantes têm direito de aprender juntos, respeitando suas singularidades. Esse modelo reconhece que a diversidade é uma característica natural da sociedade e que a escola tem o papel de promover equidade, garantindo que cada aluno tenha oportunidades de aprendizagem condizentes com suas necessidades e potencialidades.

É evidente que vivemos um momento histórico desafiador, muitas vezes contrário aos avanços conquistados na educação inclusiva. No entanto, considerando tudo o que já foi conquistado, é preciso reunir forças, manter a determinação e continuar trabalhando para que a inclusão se concretize de maneira plena.

Essa evolução histórica demonstra que a inclusão não é apenas uma política educacional recente, mas resultado de um longo processo de lutas sociais e avanços legais. Compreender essas fases permite ao professor reconhecer que sua prática está inserida em um movimento maior de transformação social, reforçando seu papel como agente ativo na construção de uma escola democrática e equitativa.

No entanto, é importante reconhecer que ainda existem muitos desafios para a efetivação da inclusão escolar, entre eles, destacam-se a falta de recursos, turmas numerosas e dificuldades na adaptação curricular. Esses fatores podem dificultar a participação plena dos alunos mostrando que a inclusão exige não apenas leis, mas também condições reais para ser colocada em prática.

1.3 O professor como mediador na construção de práticas inclusivas.

A construção de uma escola inclusiva representa um desafio para professores e toda a comunidade escolar, esse processo demanda não apenas adaptação física e pedagógica, mas também a transformação de valores, atitudes e práticas cotidianas. A inclusão escolar implica reconhecer a diversidade presente no ambiente educacional e buscar estratégias que possibilitem a participação plena de todos os alunos, garantindo-lhes oportunidades equitativas de aprendizagem. De acordo com Zimmermann:

> A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças (Zimmermann, 2008, p. 01)

Assim, a implementação de práticas inclusivas não se limita a adaptações superficiais, mas envolve uma mudança profunda na cultura escolar. É necessário que toda a comunidade

educativa compreenda e valorize a importância da diversidade, promovendo um ambiente em que todos os alunos se sintam respeitados, acolhidos e estimulados a desenvolver seu potencial pleno.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas inclusivas precisam ser planejadas de forma intencional, considerando as diferentes formas de aprender dos estudantes, isso envolve o uso de estratégias diversificadas, como atividades adaptadas, recursos visuais, trabalhos em grupos e acompanhamento individual quando necessário. Assim, o ensino deixa de ser uniforme e passa a atender a diversidade presente em sala de aula, favorecendo a participação de todos os estudantes.

Nessa perspectiva, a compreensão do papel do professor como mediador pode ser aprofundada a partir das contribuições teóricas de Vygotsky e Freire. Assim, à luz das contribuições de Lev Vygotsky (2022), compreende-se que a aprendizagem se constitui como um processo mediado, no qual a atuação pedagógica desempenha função determinante, sobretudo no contexto da educação de estudantes com deficiência. Nessa perspectiva teórica, o desenvolvimento cognitivo não ocorre de forma isolada, mas é construído nas interações sociais, sendo a linguagem um dos principais instrumentos de internalização do conhecimento.

Dessa forma, o professor assume o papel de agente mediador, responsável por organizar intervenções intencionais que promovam avanços no desenvolvimento do aluno, possibilitando que este ultrapasse suas limitações iniciais. Tal atuação exige o redimensionamento das práticas pedagógicas tradicionais, com a incorporação de estratégias diferenciadas e recursos didáticos acessíveis, capazes de garantir não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a efetiva participação no processo educativo.

Segundo Paulo Freire (2021), o processo educativo exige do professor uma postura dialógica e aberta, na qual ele também se reconheça como aprendiz. Nessa perspectiva, torna-se fundamental que o educador ajuste suas práticas pedagógicas conforme as particularidades e necessidades dos estudantes. Assim, a reflexão crítica sobre a própria atuação docente, defendida por Freire, contribui para que o professor compreenda melhor as especificidades de seus alunos e desenvolva estratégias que promovam seu desenvolvimento integral.

Nesse sentido, as contribuições de Vygotsky (2010), Freire (2021) e Mantoan (2021) não se apresentam de forma isolada, mas convergem ao destacar a centralidade da ação docente no processo educativo. Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (2010) compreende a aprendizagem como um processo mediado pelas interações sociais, no qual o professor exerce papel fundamental ao organizar intervenções pedagógicas que possibilitem o desenvolvimento

do aluno. Essa concepção dialoga diretamente com o pensamento de Freire (2021), ao defender uma prática educativa baseada no diálogo, na escuta e na valorização dos saberes dos estudantes, reconhecendo o educador também como sujeito em constante aprendizagem.

Ao mesmo tempo, Mantoan (2021) amplia essa discussão ao situar a inclusão escolar como um processo que exige a transformação das práticas pedagógicas e da própria organização da escola, reforçando que não basta inserir o aluno no espaço escolar, mas é necessário garantir sua participação efetiva. Nesse sentido, a mediação defendida por Vygotsky e o diálogo proposto por Freire encontram, na perspectiva inclusiva de Mantoan, um campo concreto de aplicação, no qual o professor precisa adaptar suas estratégias para atender à diversidade presente na sala de aula.

Dessa forma, observa-se que os três autores se complementam ao evidenciar que a prática docente inclusiva requer intencionalidade pedagógica, sensibilidade e compromisso social. Enquanto Vygotsky enfatiza a mediação no desenvolvimento cognitivo, Freire destaca a dimensão dialógica e crítica da educação, e Mantoan reforça a necessidade de transformação do ambiente escolar para garantir a inclusão. Assim, o professor assume um papel ativo na construção de uma educação que reconhece e valoriza as diferenças, promovendo a participação e o aprendizado de todos os estudantes.

Embora os autores apresentem contribuições relevantes para a compreensão da inclusão escolar, é importante destacar que a efetivação dessas propostas ainda enfrenta desafios concretos no cotidiano das escolas, como a falta de formação docente e de recursos pedagógicos. Dessa forma, percebe-se que, apesar do avanço teórico, há uma distância entre o que é defendido pelos estudiosos e o que é vivenciado na prática escolar, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais efetivas e de uma formação docente continuada

Segundo Mantoan (2002), a inclusão escolar representa um processo mais amplo do que a simples integração, pois envolve a participação de todos os estudantes que, de alguma forma, foram deixados à margem do ensino regular. Essa perspectiva exige uma reorganização do sistema educacional, de modo que ele seja capaz de acolher e responder às necessidades específicas de cada aluno.

Compreende-se que a inclusão escolar busca oferecer um ensino acessível a todos os estudantes, sem discriminação, garantindo o direito de cada um à aprendizagem. Essa proposta defende que a escola deve acolher igualmente alunos com deficiência e aqueles sem deficiência, respeitando suas diferenças individuais, suas culturas e formas diversas de aprender. Quanto mais temos conhecimento e familiaridade sobre determinado assunto, mais confiança temos em

como agir por outro lado, aquilo que é novo pode gerar dúvida e inseguranças, exigindo adaptações e outras formas de agir, por esse motivo, muitas propostas inclusivas encontraram resistência inicialmente (Minetto, 2008, P. 17).

Nesse cenário, os educadores precisam rever suas práticas, desenvolver competências e adotar atitudes que lhes possibilitem compreender melhor os diferentes contextos escolares, além disso, devem contribuir para a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo, promovendo mudanças efetivas baseadas em uma perspectiva positiva sobre as pessoas com deficiências. Para que a inclusão aconteça de forma concreta, é essencial que a comunidade escolar realize transformações por meio de reflexões críticas e comprometidas sobre sua própria realidade.

Além disso, a formação dos docentes desempenha um papel fundamental nesse processo, pois o professor precisa estar em constante aprendizagem, buscando compreender melhor as necessidades de seus alunos e refletir sobre sua prática pedagógica. A formação continuada contribui para que o educador se sinta mais preparado e seguro para desenvolver ações inclusivas no ambiente escolar.

A inclusão consiste em garantir que todos os estudantes com necessidades especiais possam frequentar a escola regular. Para isso, a instituição de ensino deve oferecer espaços físicos adequados e utilizar práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral de cada criança, de acordo com suas necessidades e especificidades (Frias; Menezes, 2009).

No entanto, é importante destacar que, na prática, a inclusão ainda enfrenta limitações que vão além do acesso à escola, muitas vezes, o estudante está inserido na sala de aula, mais não participa efetivamente das atividades propostas. Essa realidade evidencia que a inclusão não pode ser compreendida apenas com presença física, mas com participação ativa e significativas no processo de ensino aprendizagem.

Nesse contexto, é importante compreender que a inclusão escolar também abrange alunos com condições de saúde específicas, como a Síndrome do QT Longo Tipo 1, uma condição genética que afeta o ritmo cardíaco e pode causar desmaios ou até risco de morte súbita durante esforços físicos intensos. Embora essa síndrome não esteja diretamente relacionada à aprendizagem cognitiva, ela impacta a participação do aluno nas atividades escolares, especialmente nas aulas de Educação Física, exigindo adaptações e acompanhamento atento por parte do professor. Essa realidade reforça a importância do planejamento pedagógico. inclusivo, considerando as orientações médicas e as limitações individuais de cada estudante.

A presença de estudantes com Síndrome do QT Longo Tipo 1 evidencia a necessidade de que o professor conheça não apenas os aspectos pedagógicos, mas também as condições de saúde de seus alunos. Isso reforça a importância da formação continuada e da parceria entre educadores, profissionais da saúde e famílias, a fim de garantir um ambiente escolar seguro, acolhedor e educativo. Nessa perspectiva, a prática docente inclusiva vai além da aplicação de técnicas: ela envolve empatia, diálogo e responsabilidade social.

Na educação, o professor desempenha um papel central na criação de um ambiente de aprendizagem que valorize a diversidade e respeite as necessidades individuais de cada aluno. Mais do que transmitir conteúdo, é responsável por mediar experiências significativas, promovendo a participação ativa de todos os estudantes e transformando saberes e conhecimentos compartilhados. Como podemos evidenciar abaixo:

> O ideal é que, na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos, 'convivam' de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras. (Freire, 2005, p. 58)

Portanto, o professor na educação inclusiva não é apenas um transmissor de conhecimento, mas um facilitador de aprendizagens coletivas, capaz de reconhecer e valorizar as singularidades de cada aluno. Sua atuação é decisiva para que todos possam se desenvolver plenamente, fortalecendo a construção de uma escola mais justa, participativa e inclusiva.

Além disso, é fundamental compreender que a construção de práticas inclusivas exige planejamento pedagógico intencional e contínuo. O professor precisa organizar suas aulas considerando diferentes ritmos de aprendizagem, estratégias diversificadas e recursos que favoreçam a participação de todos. Essa organização não significa facilitar o conteúdo, mas garantir acessibilidade ao conhecimento, promovendo equidade no processo educativo e assegurando que cada estudante tenha condições reais de aprender.

Dessa forma, a mediação docente na perspectiva inclusiva envolve sensibilidade, compromisso ético e responsabilidade social, o educador torna-se um agente de transformação ao reconhecer que a diversidade é constitutiva do espaço escolar e que a inclusão não é um favor, mas um direito. Assim, ao assumir uma postura reflexiva e aberta ao diálogo, o professor contribui efetivamente para a consolidação de uma educação que valoriza as diferenças e promove justiça social no ambiente escolar.

1.4 A prática docente inclusiva nas disciplinas de língua portuguesa, matemática e educação física.

A prática docente inclusiva constitui-se como um dos principais desafios da educação contemporânea, pois exige do professor não apenas domínio dos conteúdos, mas sensibilidade, formação continuada e compromisso ético com o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Nessa perspectiva, a inclusão escolar fundamenta-se no princípio da equidade reconhecendo-se que os alunos apresentam ritmos, necessidades e contextos distintos, o que demanda estratégias pedagógicas diferenciadas para garantir condições reais de aprendizagem.

Nesse contexto, é essencial compreender que cada disciplina apresenta desafios específicos no processo de inclusão, o professor precisa adaptar suas estratégias de acordo com os conteúdos trabalhados e as necessidades dos alunos, garantindo que todos possam participar das atividades propostas. Isso exige planejamento, flexibilidade e sensibilidade para reconhecer as potencialidades de cada estudante.

Assim, compreende-se que a inclusão vai muito além do acesso ou da simples permanência na sala de aula, implicando a efetiva participação, o envolvimento nas atividades propostas e a construção significativa do conhecimento nas diferentes áreas do currículo. Antes de adentrar especificamente nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física, é fundamental destacar que a educação inclusiva deve perpassar todas as áreas do conhecimento que compõem o currículo escolar. Cada componente curricular contribui, de maneira singular, para o desenvolvimento integral do estudante, seja nos aspectos cognitivos, sociais, culturais ou emocionais, a inclusão, portanto, não pode ser restrita a determinadas disciplinas, mas precisa constituir-se como princípio orientador de toda a prática pedagógica.

Todas as áreas como Ciências, História, Geografia, Artes e Ensino Religioso desempenham papel essencial na formação humana, favorecendo a construção da identidade, o pensamento crítico, a convivência e a participação social. Contudo, para fins de delimitação teórica e análise mais aprofundada, este estudo concentrará sua reflexão nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física, por compreender que nelas se evidenciam desafios e possibilidades específicas no processo de inclusão escolar.

A construção de práticas inclusivas no ambiente escolar encontra respaldo tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quanto na Base Nacional Comum Curricular, documentos que orientam a organização do ensino no Brasil. A LDB estabelece que a educação deve garantir igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, assegurando

atendimento educacional especializado aos estudantes que dele necessitarem. Além disso, determina que o currículo deve considerar as características regionais e individuais dos educandos, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas flexíveis e adaptáveis.

A BNCC, por sua vez, reafirma o compromisso com a equidade ao defender que todos os estudantes têm direito ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas para cada etapa da Educação Básica. O documento destaca que o ensino deve considerar as singularidades dos alunos, seus ritmos, contextos e necessidades específicas, promovendo uma formação integral que articule conhecimentos, habilidades, atitudes e valores.

Embora todas as áreas do conhecimento sejam fundamentais para o desenvolvimento humano, este estudo focaliza as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física por compreender que elas apresentam desafios específicos no contexto da inclusão escolar. Na área de Língua Portuguesa, a BNCC enfatiza o desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade e da escuta como práticas sociais. Em uma perspectiva inclusiva, o professor pode adotar estratégias como adaptação de textos, uso de recursos visuais, leitura compartilhada e valorização das múltiplas formas de expressão. A linguagem, nesse contexto, torna-se instrumento de participação social, permitindo que o estudante se reconheça como sujeito ativo no processo comunicativo.

No componente curricular de língua portuguesa também o professor pode trabalhar com leitura compartilhada, imagens, vídeos e textos adaptados, permitindo que todos os alunos compreendam o conteúdo, independentemente de suas dificuldades. Além disso, atividades como produção oral, reconto de histórias e uso de recursos visuais favorecem a participação de estudantes com diferentes níveis de aprendizagem.

No ensino de Matemática, a BNCC orienta o desenvolvimento do raciocínio lógico, da resolução de problemas e da capacidade de argumentação. A inclusão nessa área pode ocorrer por meio do uso de materiais concretos, jogos pedagógicos, representações visuais e situações-problema contextualizadas. A mediação docente é essencial para que todos os alunos avancem em seus processos de aprendizagem, respeitando diferentes tempos e formas de compreensão.

O uso de materiais concretos, como tampinhas, palitos ou jogos pedagógicos, pode facilitar a compreensão de conceitos matemáticos, tornando a aprendizagem mais acessível, situações-problema do cotidiano também contribuem para que os alunos se envolvam de forma significativa nas atividades propostas.

Brasil (2017, p. 278) afirma:

> Portanto, a BNCC orienta-se pelo pressuposto de que aprendizagem em Matemática está intrinsecamente relacionada à compreensão, ou seja, apreensão de significados dos objetos matemáticos, sem deixar de lado suas aplicações.

Já na Educação Física, a BNCC reconhece a cultura corporal como elemento central da formação humana, valorizando práticas corporais que promovam interação, cooperação e respeito às diferenças. Nesse sentido, o professor pode adaptar regras de jogos, reduzir a intensidade das atividades ou propor práticas cooperativas em vez de competitivas, garantindo a participação de todos os alunos. Essas adaptações permitem que estudantes com diferentes condições participem de forma segura e integrada.

Brasil (2017, p. 226) afirma:

> Diante do compromisso com a formação estética, sensível e ética, a Educação Física, aliada aos demais componentes curriculares, assume compromisso claro com a qualificação para a leitura, a produção e a vivência das práticas corporais. Ao mesmo tempo, pode colaborar com os processos de letramento e alfabetização dos alunos, ao criar oportunidades e contextos para ler e produzir textos que focalizem as distintas experiencias e vivencias nas práticas corporais tematizadas. Para tanto, os professores devem buscar formas de trabalho pedagógico pautadas no diálogo, considerando a impossibilidade de ações uniformes.

Nesse componente curricular, a inclusão exige planejamento cuidadoso, sobretudo quando há estudantes com condições de saúde específicas. A experiência vivenciada com meu filho, diagnosticado com Síndrome do QT Longo Tipo 1, evidenciou que a participação nas aulas de Educação Física demanda diálogo constante entre escola, família e profissionais da saúde, além de adaptações na intensidade das atividades físicas, sem que isso signifique exclusão das vivências corporais propostas.

Essa vivência permitiu compreender que a prática docente inclusiva vai além do cumprimento da legislação, ela exige sensibilidade, formação continuada e compromisso ético com a vida e o desenvolvimento do estudante. O professor, nesse contexto, atua como mediador do conhecimento, organizando estratégias que possibilitem a participação de todos nas diferentes áreas do saber.

Essa experiência, evidência na prática, os desafios e possibilidades da inclusão escolar, demonstrando que, quando há planejamento e diálogo entre escola e família, é possível garantir a participação dos estudantes de forma segura. Assim, a realidade vivenciada contribui para compreender que a inclusão não é apenas um princípio teórico, mas uma prática que se constrói no cotidiano escolar.

Portanto, tanto a LDB quanto a BNCC reafirmam que a inclusão deve perpassar todas as disciplinas, garantindo acesso ao currículo comum com as adaptações necessárias. Focar em Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física não significa desconsiderar as demais áreas, mas reconhecer que cada componente curricular possui especificidades que demandam estratégias próprias. Assim, a prática docente inclusiva constitui-se como um exercício permanente de reflexão, planejamento e compromisso com a equidade educacional.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e do tipo bibliográfica, tendo como objetivo compreender o papel do professor na construção de práticas inclusivas no ambiente escolar. A escolha pela abordagem qualitativa se deve ao fato de que esse tipo de pesquisa permite compreender melhor os significados, as ideias e as reflexões relacionadas ao tema estudado, considerando aspectos como valores, experiências e interpretações. Segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, das motivações, das aspirações e das crenças, sendo apropriada quando se pretende compreender os fenômenos humanos em sua totalidade.

O estudo também se aproxima da abordagem fenomenológica, pois busca compreender a inclusão escolar a partir dos sentidos e significados presentes nas produções teóricas, valorizando a forma como os fenômenos são percebidos e interpretados, o que contribui para uma compreensão mais aprofundada da prática pedagógica inclusiva.

A pesquisa foi realizada por meio da análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais que tratam da inclusão escolar e do papel do professor. Também foram considerados documentos importantes da educação brasileira, como leis e diretrizes que orientam a prática inclusiva nas escolas, a escolha dos materiais levou em conta a relevância para o tema, a atualidade das informações e a contribuição dos autores.

O desenvolvimento da pesquisa aconteceu em etapas, primeiro, foi feito o levantamento dos materiais, buscando textos relacionados ao tema, depois, realizou-se uma leitura inicial para identificar os conteúdos mais importantes, em seguida, foram selecionados os textos que mais contribuíam para o estudo. Após isso, foi feita uma leitura mais detalhada, permitindo uma melhor compreensão das ideias presentes nos textos. Por fim, realizou-se a organização e interpretação das informações coletadas.

Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo. Essa técnica permite organizar e interpretar as informações de forma clara e objetiva. A partir disso, foram identificadas ideias principais e organizadas em categorias, facilitando a compreensão de como os textos abordam o papel do professor na construção de práticas inclusivas, o acompanhamento da pesquisa foi realizado de forma contínua, por meio da organização das leituras e do registro das principais ideias encontradas nos materiais analisados, esse processo ajudou a manter o foco do estudo e garantiu uma melhor compreensão do tema.

A avaliação da efetividade da pesquisa aconteceu a partir da análise dos resultados obtidos, verificando se as informações coletadas foram suficientes para responder aos objetivos propostos. Dessa forma, foi possível compreender melhor o papel do professor na promoção da inclusão escolar, bem como identificar práticas pedagógicas que favorecem a participação de todos os alunos. Assim, a metodologia utilizada permitiu uma análise organizada e reflexiva sobre o tema, contribuindo para a compreensão da importância do professor na construção de uma educação mais inclusiva, baseada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa foram construídos a partir da análise de materiais teóricos que abordam a inclusão escolar e o papel do professor no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. A partir das leituras realizadas, foi possível identificar ideias principais que contribuem para a compreensão do tema, organizadas em categorias para facilitar a análise e discussão.

Uma das categorias identificadas refere-se ao professor como mediador do processo de inclusão. De acordo com os autores analisados, o professor exerce um papel fundamental na construção de um ambiente escolar inclusivo, sendo responsável por adaptar suas práticas pedagógicas de acordo com as necessidades dos alunos. Nesse sentido, a mediação docente vai além da transmissão de conteúdos, envolvendo também o acolhimento, o respeito às diferenças e a promoção da participação de todos.

A análise da literatura realizada neste estudo aponta, de maneira consistente, que o professor exerce um papel fundamental no processo de inclusão de estudantes com deficiência no contexto escolar. Os estudos indicam que a simples presença desses alunos em sala de aula não garante, por si só, a inclusão, sendo essencial assegurar sua participação ativa nas práticas pedagógicas.

Para isso, torna-se indispensável que o docente adote uma postura comprometida com a diversidade, demonstrando sensibilidade e intencionalidade em suas ações educativas. Nessa perspectiva, Mantoan (2021) destaca que a efetividade da inclusão está diretamente ligada às práticas desenvolvidas no cotidiano escolar, cabendo ao professor reconhecer as diferenças como elementos enriquecedores do processo de ensino-aprendizagem, e não como barreiras.

Outra categoria importante diz respeito às práticas pedagógicas inclusivas, os estudos indicam que a inclusão escolar não acontece apenas com a presença do aluno na sala de aula, mas exige estratégias que garantam sua participação e aprendizagem. Entre essas estratégias, destacam-se a adaptação de atividades, o uso de recursos diversificados e a valorização das diferentes formas de aprendizagem dos alunos.

Também foi possível identificar os desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão. Entre os principais, destacam-se a falta de formação específica, a escassez de recursos pedagógicos e as dificuldades estruturais das escolas. Esses fatores podem dificultar a implementação de práticas inclusivas, evidenciando a necessidade de investimento na formação continuada dos docentes e na melhoria das condições de ensino.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à falta de conhecimento sobre as especificidades das deficiências, o que ainda se configura como um importante obstáculo à inclusão escolar. Muitos docentes demonstram insegurança ao lidar com essas situações, principalmente por não compreenderem de que forma determinadas condições interferem no processo de aprendizagem, nem quais estratégias pedagógicas são mais adequadas.

Diante disso, Lima e Batista (2021) ressaltam a importância da formação continuada voltada para a prática, com foco em conteúdos específicos que auxiliem o professor a compreender melhor as necessidades dos estudantes com deficiência e a atuar de maneira mais eficaz no contexto educacional. Por outro lado, os resultados apontam também para as possibilidades e avanços da inclusão escolar, especialmente quando há compromisso do professor com uma prática pedagógica mais sensível às diferenças. Os autores destacam que atitudes como empatia, flexibilidade e planejamento são essenciais para promover uma educação mais justa e igualitária.

A discussão dos resultados, à luz do referencial teórico utilizado, evidencia que o professor é peça central no processo de inclusão escolar. Conforme os estudos analisados, sua atuação influencia diretamente na construção de um ambiente acolhedor e no desenvolvimento de práticas que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos.

Dessa forma, os resultados reforçam a importância de compreender a inclusão não apenas como uma obrigação legal, mas como um compromisso pedagógico e social. A análise da literatura permite afirmar que a construção de práticas inclusivas depende, em grande parte, da postura do professor e de sua capacidade de adaptar, refletir e transformar sua prática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender o papel do professor na construção de práticas inclusivas no ambiente escolar, partindo da reflexão sobre a importância da inclusão como um direito de todos os alunos. A partir da análise dos estudos teóricos, foi possível perceber que o professor ocupa um lugar central nesse processo, sendo responsável por promover estratégias que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos.

Diante da questão norteadora da pesquisa, verificou-se que a construção de práticas inclusivas depende, em grande parte, da atuação docente, de sua postura e de sua capacidade de adaptação às diferentes realidades presentes na sala de aula. Assim, a hipótese inicial de que o professor é um dos principais agentes na efetivação da inclusão escolar foi confirmada ao longo do estudo.

O objetivo geral foi alcançado, uma vez que a pesquisa possibilitou compreender, por meio da literatura, como o professor contribui para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Da mesma forma, os objetivos específicos também foram atendidos, pois foi possível identificar estratégias pedagógicas, compreender os desafios enfrentados pelos docentes e refletir sobre as possibilidades de uma educação mais inclusiva.

Os resultados evidenciaram que, embora existam dificuldades, como a falta de formação continuada e de recursos adequados, o compromisso do professor com uma prática pedagógica sensível às diferenças faz grande diferença no processo de inclusão. Dessa forma, destaca-se a importância de investir na formação docente e na valorização do professor, para que ele possa desenvolver práticas mais eficazes e inclusivas.

Por fim, esta pesquisa contribui para ampliar a reflexão sobre a inclusão escolar e o papel do professor nesse processo, reforçando a necessidade de uma educação que valorize a diversidade e promova a equidade. Também se considera relevante ampliar os estudos relacionados a inclusão de alunos com condições especificas de saúde, como a Síndrome do QT longo congênito tipo1, temática ainda pouco explorada, mas que se mostra significativa para a garantia da participação segura e efetiva desses estudantes, principalmente em atividades que envolvam esforço físico.

Dessa forma, acredita-se que novas pesquisas poderão contribuir para o aprofundamento das discussões sobre a educação inclusiva, colaborando para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e para a construção de um ambiente escolar cada vez mais justo, acolhedor e comprometido com a aprendizagem de todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CASTRO, M. L. Flexibilização curricular na educação inclusiva: uma abordagem necessária. Revista Práxis Educacional, v. 19, n. 51, p. 189

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 13. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática Educativa. São Paulo: editora paz e terra, 2021.

FRIAS Elzabel, MENEZES Maria. Inclusão escolar do aluno com necessidades Educacionais especiais.

GONÇALVES, Jociane de Oliveira Nunes. **As práticas educativas com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental que apresentam dificuldades de aprendizagem.** 2021. 128f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, R. T.; BATISTA, A. C. Conhecimento docente sobre deficiência: implicações para a prática inclusiva. Revista Cadernos de Educação, v. 28, n. 3, p. 177-195, 2021

MANTOAN, M.T.E. Ensinando à turma toda as diferenças na escola. Pátio- Revista Pedagógica, 2002

_____. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. Campinas: Papirus, 2021.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa de saúde. 13. Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva:** entendendo esse desafio. 2 ed. Curitiba: IBPEX, 2008

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais /Peter Mittler; Trad. Windyz Brazão Ferreira. - Porto Alegre: Artimed, 2003.

VIGOTSKI, L. S. Obras Completas: Fundamentos de Fundamentos de Defectologia. Cascavel: EDUNIOESTE, 2022.

ZIMMERMANN, E. C. **INCLUSÃO ESCOLAR**, 2008. Disponível em < http://www.webartigos.com/artigos/inclusao-escolar/5190/ >. Acesso em 30 set. 2017